



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
ACRE
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU**

Dados Básicos

| | |
|---------------------|----------------------|
| Foro: | Rio Branco |
| Processo: | 07018213020198010001 |
| Classe do Processo: | Apelação |
| Data/Hora: | 19/11/2020 07:41:05 |

Partes

| | |
|--------------|--|
| Solicitante: | Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A |
|--------------|--|

Documentos

| | |
|------------------|--|
| Petição: | 2589828_RECURSO_DE_AP ELACAO_01 - 1-7.pdf |
| Anexo - Petição: | 2589828_RECURSO_DE_AP ELACAO_Anexo_02 - 1-3.pdf |



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO BRANCO/AC

PROCESSO N. 07018213020198010001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JUNIOR BARBOSA DA PAIXAO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RIO BRANCO, 11 de novembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/AC 3988

DIEGO PAULI
4550 - OAB/AC

PROCESSO ORIGINÁRIO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO BRANCO / AC

PROCESSO N.º 07018213020198010001

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: JUNIOR BARBOSA DA PAIXAO

RAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Assim, em razão da suposta invalidez adquirida, o recorrido ajuizou a presente lide pleiteando a verba máxima indenizatória do Seguro DPVAT, tendo em vista o pagamento administrativo realizado pela Seguradora, no valor de **R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, o qual entendeu ser aquém do devido.

Inconformada, a demandada vem apresentar as razões do recurso de apelação, ora interposto, vez que a sentença proferida pelo juízo “*a quo*” deve ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos.

INICIALMENTE

DO VALOR PAGO EM SEDE ADMINISTRATIVA DE R\$ 2.362,50

NÃO ABATIDO NA CONDENACAO

Cumpre informar que na presente demanda já houve pagamento administrativo no caso em tela, a apelante, reitera que o pagamento foi realizado em favor do Embargado, conforme consta dos documentos acostados – isto, após meticulosa análise da documentação apresentada foi liberado o valor da indenização na monta de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), trazemos a colação o comprovante de pagamento, vejamos:

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

| | |
|------------------------|------------|
| DATA DA TRANSFERENCIA: | 16/02/2018 |
| NUMERO DO DOCUMENTO: | |
| VALOR TOTAL: | 2.362,50 |

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JUNIOR BARBOSA DA PAIXAO

BANCO: 104

AGÊNCIA: 03423

CONTA: 000000003767-2

Nr. da Autenticação A98261214BFC8C63

Vale ressaltar que o referido pagamento e INCONTROVERSO uma vez que confessado pelo próprio apelado na inicial, vejamos trecho:

Diante, pois, da acometida debilidade permanente, o Autor, primeiramente, ingressou na esfera administrativa a fim de receber a indenização que lhe cabia. Todavia, foi lhe autorizado o pagamento de apenas R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Portanto, necessária a apreciação das provas trazidas ao processo pela ora apelante, uma vez que não foi considerado pelo juízo sentenciante o pagamento administrativo ora noticiado.

De acordo com os documentos anexados pela apelante, nota-se que o pagamento da indenização ora pleiteada já foi objeto de análise e pagamento em sede administrativa. **Assim requer seja abatido da condenação o referido valor.**

NOME: Junior Barbosa da Paixão

() paciente supracitado apresenta fratura luxação
tornozelo direito a partir de 31/12/16
 ou fratura, tendo sido tratado com procedimento
cirúrgico

A MAGDA VIEIRA MENDES é Tribuna do Estado do RJ

Diante dos fatos aduzidos, resta evidenciado nos autos que a r. decisão, não fez a melhor justiça, data vênua, eis que, **demonstra fundamentação e dispositivo contraditórios**, ferindo o princípio da razoabilidade, razão pela qual, a apelante opõe o presente, com a finalidade de evitar a condenação injusta e infundada.

Eis que os percentuais apurados de invalidez deveriam ter sido calculados levando em consideração a indenização máxima prevista para as **lesões apuradas** e para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;

| Danos Corporais Segmentares (Parciais) | Percentuais | Valor da Indenização |
|---|-------------|----------------------|
| Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais | das Perdas | |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo | 25 | R\$ 3.375,00 |

2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

| Repercussão | Valor da Indenização |
|---------------------|----------------------|
| 50% (grau moderado) | R\$ 1.687,50 |

Portanto, apelante esclarece que a verba indenitária deverá respeitar o cálculo apresentado acima, levando em consideração o pagamento realizado na seara administrativa na monta de **R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, NÃO HAVENDO VALOR ALGUMA A COMPLEMENTAR!

Caso não seja este o entendimento dos ilustres julgadores requer a reforma da sentença *a quo*, liminarmente, julgando-a nula de pleno direito e em consequência, a determinar a expedição de ofício ao IML, para que proceda com o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na lei nº 11.945/09, por ser medida de direito e da mais salutar justiça!

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “*a quo*”, dando provimento ao presente recurso.

Requer o provimento do presente recurso, para que o **limite máximo da condenação** não ultrapasse o valor contido na **Tabela de Graduação** da Lei 11.945/2009, a observar o grau de invalidez efetivamente experimentado pelo Apelado, devendo, ainda, ser abatida a verba paga na esfera administrativa, no montante de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), não havendo valor algum a complementar.

Caso não seja este o entendimento dos ilustres julgadores requer a reforma da sentença *a quo*, liminarmente, julgando-a nula de pleno direito e em consequência, a determinar a expedição de ofício ao IML, para que proceda com o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na lei nº 11.945/09, por ser medida de direito e da mais salutar justiça!

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RIO BRANCO, 11 de novembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/AC 3988

DIEGO PAULI
4550 - OAB/AC

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **DIEGO PAULI**, inscrito na **4550 - OAB/AC** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JUNIOR BARBOSA DA PAIXAO**, em curso perante a **1ª VARA CÍVEL** da comarca de **RIO BRANCO**, nos autos do Processo nº 07018213020198010001.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/AC 3988

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PODER JUDICIÁRIO
GUIA DE RECOLHIMENTO JUDICIAL

GRJ

| | |
|-------|----------------|
| DATA | 11/11/2020 |
| Nº | 001.0120704-08 |
| TOTAL | R\$ 256,50 |

| | | | | |
|---|-------------------------|--|--------------------------|------------------------------|
| DADOS DO INTERESSADO PELO RECOLHIMENTO | | | | |
| Nome | : | SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA | | |
| Endereço | : | | | |
| DADOS DO PROCESSO | | | | |
| Número | : | 0701821-30.2019.8.01.0001 | | |
| Tipo de custas | : | Recursos | | Data do cálculo : 11/11/2020 |
| Requerente | : | Junior Barbosa da Paixão | | |
| Requerido | : | Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A | | |
| Nome da ação | : | Procedimento Comum | | |
| Área | : | Cível | | Vencimento : 10/01/2021 |
| Valor da causa | : | R\$ 12.825,00 | Perc. cálculo : 100,00 % | |
| Cartório | : | Secretaria da 1ª Vara Cível | | |
| Comarca | : | Rio Branco | | |
| TAXA JUDICIÁRIA | | SUBTOTAL R\$ 256,50 | | |
| Taxa Judiciária | | CÓDIGO | CALCULADO | PAGO |
| Recolhimento: Recurso de Apelação | | 1 | 256,50 | 0,00 |
| Valor ação: 12.825,00 | % Aplicado: 2,00 | | | 256,50 |
| Valor mínimo: 156,75 | Valor máximo: 41.800,00 | | | |

ESTA GUIA NÃO PODE SER QUITADA PELO BANCO

TOTAL A RECOLHER
R\$ 256,50



| 001-9 |

Instruções para Pagamento

Até o vencimento, ou no 1º dia útil seguinte, se aquele não o for, poderá ser pago em qualquer banco participante da Compensação de Cobrança. Após o vencimento, deverá solicitar outro boleto ao PODER JUDICIÁRIO

RECIBO DO SACADO

| | | | | | | |
|--|---|---------------------------|--------------------|--|--|--|
| Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 04034872000121 | | | | Agência/Código do Beneficiário 3550-5/119368-6 | | Data de Vencimento 10/01/2021 |
| Data do Documento 11/11/2020 | Nr. Documento 0701821-30.2019.8.01.0001 | Espécie DOC GRJ | Aceite N | Data do Processamento 11/11/2020 | | Nosso-Número 28490980000086532 |
| Uso do Banco | Carteira 17 | Espécie R\$ | Quantidade | xValor | | (=) Valor do Documento 256,50 |

Informações de Responsabilidade do Beneficiário

Boleto válido pelo prazo da intimação. A falta de pagamento das taxas devidas sujeitará o devedor à multa de valor igual ao das taxas não pagas, consideradas estas pelo seu valor atualizado, além do protesto da dívida.
APRESENTAR O COMPROVANTE DE PAGAMENTO AO JUÍZO.

Requerente: Junior Barbosa da Paixão

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A

Valor da ação: R\$12.825,00 - Classe: Procedimento Comum

(-) Desconto/Abatimento

(+ Juros/Multa

(-) Valor Cobrado

256,50

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA

Guia: 001.0120704-08

Endereço:

Secretaria da 1ª Vara Cível

Código de Baixa

Sacador/Avalista

Autenticação Mecânica - **Ficha de Compensação**

Recebimento através do cheque nº

do banco

Esta quitação só terá validade após o pagamento do cheque pelo

banco sacado.



| 001-9 |

FICHA DE CAIXA

| | | | | | | |
|--|---|---------------------------|--------------------|--|--|--|
| Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 04034872000121 | | | | Agência/Código do Beneficiário 3550-5/119368-6 | | Data de Vencimento 10/01/2021 |
| Data do Documento 11/11/2020 | Nr. Documento 0701821-30.2019.8.01.0001 | Espécie DOC GRJ | Aceite N | Data do Processamento 11/11/2020 | | Nosso-Número 28490980000086532 |
| Uso do Banco | Carteira 17 | Espécie R\$ | Quantidade | xValor | | (=) Valor do Documento 256,50 |

Informações de Responsabilidade do Beneficiário

Boleto válido pelo prazo da intimação. A falta de pagamento das taxas devidas sujeitará o devedor à multa de valor igual ao das taxas não pagas, consideradas estas pelo seu valor atualizado, além do protesto da dívida.
APRESENTAR O COMPROVANTE DE PAGAMENTO AO JUÍZO.

Requerente: Junior Barbosa da Paixão

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A

Valor da ação: R\$12.825,00 - Classe: Procedimento Comum

(-) Desconto/Abatimento

(+ Juros/Multa

(-) Valor Cobrado

256,50

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA

Guia: 001.0120704-08

Endereço:

Secretaria da 1ª Vara Cível

Código de Baixa

Sacador/Avalista

Autenticação Mecânica - **Ficha de Compensação**

| 001-9 |

00190.00009 02849.098005 00086.532173 9 84960000025650

| | | | | | | |
|--|---|---------------------------|--------------------|--|--|--|
| Local de Pagamento Pagável em qualquer banco até o vencimento. Após, atualize o boleto no site bb.com.br | | | | | | Data de Vencimento 10/01/2021 |
| Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CNPJ: 04034872000121 | | | | | | Agência/Código do Beneficiário 3550-5/119368-6 |
| Data do Documento 11/11/2020 | Nr. Documento 0701821-30.2019.8.01.0001 | Espécie DOC GRJ | Aceite N | Data do Processamento 11/11/2020 | | Nosso-Número 28490980000086532 |
| Uso do Banco | Carteira 17 | Espécie R\$ | Quantidade | xValor | | (=) Valor do Documento 256,50 |

Informações de Responsabilidade do Beneficiário

Boleto válido pelo prazo da intimação. A falta de pagamento das taxas devidas sujeitará o devedor à multa de valor igual ao das taxas não pagas, consideradas estas pelo seu valor atualizado, além do protesto da dívida.
APRESENTAR O COMPROVANTE DE PAGAMENTO AO JUÍZO.

Requerente: Junior Barbosa da Paixão

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A

Valor da ação: R\$12.825,00 - Classe: Procedimento Comum

(-) Desconto/Abatimento

(+ Juros/Multa

(-) Valor Cobrado

256,50

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA

Guia: 001.0120704-08

Endereço:

Secretaria da 1ª Vara Cível

Código de Baixa

Sacador/Avalista

Autenticação Mecânica - **Ficha de Compensação**

Guia - Ficha de Compensação

| | | | | |
|---|----------------------|-------------|-------------------------|----------------------|
| Nº DA PARCELA | DATA DO DEPÓSITO | | AGÊNCIA (PREF / DV) | Nº DA CONTA JUDICIAL |
| | 13/11/2020 | | 0 | 0 |
| DATA DA GUIA | Nº DO PROCESSO | | | |
| 13/11/2020 | 07018213020198010001 | | | |
| UF/COMARCA | ORGÃO/VARA | DEPOSITANTE | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) | |
| AC | Vara Cível | RÉU | 256,50 | |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO | TIPO DE PESSOA | | CPF / CNPJ | |
| SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A | Jurídica | | 09248608000104 | |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE | TIPO DE PESSOA | | CPF / CNPJ | |
| JUNIOR BARBOSA DA PAIXAO | FÍSICA | | 01813362270 | |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA | | | | |
| DEC87D70EF4DBE72 | | | | |
| CÓDIGO DE BARRAS | | | | |
| 00190.00009 02849.098005 00086.532173 9 849600000025650 | | | | |